v7.n7.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A MANIFESTAÇÃO CULTURAL DA NEGA DA COSTA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE NA SALA DE AULA

THE CULTURAL MANIFESTATION OF NEGA DA COSTA IN GEOGRAPHY EDUCATION: IDENTITY AND TERRITORIALITY IN THE CLASSROOM

LA MANIFESTACIÓN CULTURAL DE NEGA DA COSTA EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA: IDENTIDAD Y TERRITORIALIDAD EN EL AULA

Sheila Lopes de Lima[1], Josefa Adriana Cavalcante Ferro[2]

e778437
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i7.8437

PUBLICADO: 07/2026

RESUMO

O presente artigo apresenta a manifestação cultural da Nega da Costa, típica da identidade afro-brasileira no município de Quebrangulo/AL, como um caminho didático para a discussão de conceitos-chave da ciência geográfica, tais como território, territorialidade e identidade. O objetivo central é analisar a relevância pedagógica da manifestação cultural da Nega da Costa no ensino de Geografia na Educação Básica, identificando suas contribuições para o debate sobre identidade e territorialidade. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na busca e análise de produções acadêmicas, artigos e livros publicados nos últimos 5 anos, os quais interconectam a Geografia Cultural, as relações étnico-raciais e a educação. Os resultados apontam que a inserção dos saberes locais e das manifestações tradicionais no currículo escolar não apenas cumpre os direcionamentos das diretrizes educacionais vigentes para o ensino da história e cultura afro-brasileira, mas também promove uma aprendizagem significativa, com ênfase na valorização da resistência e dos saberes ancestrais. Conclui-se que o debate cultural a partir do folguedo da Nega da Costa nas aulas de Geografia potencializa o conhecimento dos estudantes sobre o próprio território, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a valorização da diversidade cultural frente à homogeneização contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Cultural. Nega da Costa. Territorialidade.

ABSTRACT

This article presents the cultural manifestation of Nega da Costa, typical of Afro-Brazilian identity in the municipality of Quebrangulo/AL, as a didactic path for discussing key concepts in geographical science, such as territory, territoriality, and identity. The central objective is to analyze the pedagogical relevance of the Nega da Costa cultural manifestation in the teaching of Geography in Basic Education, identifying its contributions to the debate on identity and territoriality. Methodologically, the research is characterized as a qualitative bibliographic review, based on the search and analysis of academic productions, articles, and books published in the last 5 years, which interconnect Cultural Geography, ethnic-racial relations, and education.

[1] Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL
Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).
[2] Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), na área de Produção do Espaço Agrário. Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e da rede estadual de ensino de Alagoas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

The results indicate that the inclusion of local knowledge and traditional manifestations in the school curriculum not only fulfills the guidelines of current educational directives for the teaching of Afro-Brazilian history and culture, but also promotes meaningful learning, with an emphasis on valuing resistance and ancestral knowledge. It is concluded that cultural debate based on the Nega da Costa folk play in Geography classes enhances students' knowledge of their own territory, strengthening their sense of belonging and valuing cultural diversity in the face of contemporary homogenization.

KEYWORDS: *Cultural Geography. Nega da Costa. Territoriality.*

RESUMEN
Este artículo presenta la manifestación cultural de Nega da Costa, típica de la identidad afrobrasileña en el municipio de Quebrangulo/AL, como una vía didáctica para abordar conceptos clave de la ciencia geográfica, como territorio, territorialidad e identidad. El objetivo central es analizar la relevancia pedagógica de la manifestación cultural de Nega da Costa en la enseñanza de Geografía en Educación Básica, identificando sus contribuciones al debate sobre identidad y territorialidad. Metodológicamente, la investigación se caracteriza por ser una revisión bibliográfica cualitativa, basada en la búsqueda y el análisis de producciones académicas, artículos y libros publicados en los últimos 5 años, que interconectan Geografía Cultural, relaciones étnico-raciales y educación. Los resultados indican que la inclusión del saber local y las manifestaciones tradicionales en el currículo escolar no solo cumple con las directrices educativas vigentes para la enseñanza de la historia y la cultura afrobrasileña, sino que también promueve un aprendizaje significativo, con énfasis en la valoración de la resistencia y el saber ancestral. Se concluye que el debate cultural basado en la obra folclórica Nega da Costa en las clases de Geografía enriquece el conocimiento que los estudiantes tienen de su propio territorio, fortaleciendo su sentido de pertenencia y valorando la diversidad cultural frente a la homogeneización contemporánea.

PALABRAS CLAVE: *Geografía Cultural. Nega da Costa. Territorialidad.*

1. INTRODUÇÃO

A construção do espaço geográfico brasileiro é indissociável da contribuição das matrizes africanas e quilombolas que, historicamente, territorializaram suas vivências, resistências e manifestações culturais. No entanto, o ambiente escolar frequentemente negligencia esses saberes em prol de uma narrativa eurocêntrica. Neste contexto, o objeto deste artigo tem centralidade na manifestação cultural “Nega da Costa”, inserida no município de Quebrangulo, em Alagoas. Diante disso, este artigo tem como objetivo central analisar a relevância pedagógica da manifestação cultural da Nega da Costa no ensino de Geografia na Educação Básica, identificando suas contribuições para o debate sobre identidade e territorialidade. Para alcançar esse propósito geral, a discussão está ancorada nos seguintes objetivos específicos: contextualizar o panorama histórico e geográfico da manifestação cultural da Nega da Costa; discutir as categorias geográficas de território, territorialidade e lugar à luz

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

dos saberes locais; e propor caminhos metodológicos que viabilizem a aplicação da Lei nº 11.645/08 nas aulas de Geografia através do patrimônio imaterial.

Este estudo justifica-se pela necessidade urgente de romper com o silenciamento das culturas tradicionais no currículo escolar, atendendo às exigências legais vigentes. A inclusão dessa temática encontra respaldo fundamental na Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, modificada posteriormente pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. No âmbito da Geografia, essa legislação impulsiona o resgate de manifestações singulares, como a Nega da Costa — expressão cultural afrodescendente enraizada no território brasileiro —, o que permite que os estudantes compreendam o espaço vivido a partir da diversidade étnico-racial. A partir desta discussão emerge o seguinte problema de pesquisa: de que forma a manifestação cultural da Nega da Costa pode ser articulada ao ensino de Geografia na Educação Básica para promover a compreensão dos conceitos de identidade, territorialidade, bem como a valorização dos saberes locais?

Para além da introdução, o artigo está estruturado em seções subsequentes: apresenta-se o referencial teórico, com uma discussão entre a Geografia e a manifestação cultural, com o elo de ligação com a Nega da Costa; na sequência, sugerem-se os caminhos metodológicos para as aulas de Geografia; e, por fim, tecem-se as considerações finais.

2. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica e documental. Conforme a literatura, a revisão bibliográfica permite o mapeamento, a análise e a síntese do conhecimento já produzido sobre determinada temática, fornecendo um panorama consistente para fundamentar novas discussões teóricas e propostas pedagógicas.

Para a operacionalização desta pesquisa e seleção do *corpus* documental, estabeleceu-se um recorte temporal correspondente aos últimos 5 anos (compreendendo o período entre 2021 e 2026). Esse intervalo foi adotado com o intuito de capturar as discussões acadêmicas mais recentes que interconectam a ciência geográfica, a educação étnico-racial e as práticas de ensino no chão da escola após as recentes atualizações curriculares nacionais.

O levantamento bibliográfico foi realizado de forma sistemática em três bases de dados de reconhecida relevância científica no cenário nacional e internacional: o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Scientific

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Electronic Library *Online* (SciELO) e o Banco Nacional de Teses e Dissertações (BDTD). A busca pelos materiais estruturou-se a partir do cruzamento de descritores controlados e termos indexadores correlatos ao tema, utilizando os operadores booleanos *AND* e *OR*. Foram empregadas as seguintes combinações de palavras-chave: "Ensino de Geografia" *AND* "Territorialidade"; "Geografia Escolar" *AND* "Relações Étnico-Raciais"; e "Saberes Locais" *OR* "Cultura Afro-brasileira".

Como critérios de inclusão para a seleção definitiva dos trabalhos, definiram-se: a) artigos publicados em periódicos avaliados por pares, teses ou dissertações que abordassem diretamente o ensino de Geografia na Educação Básica; b) pesquisas que discutissem as categorias espaciais de território, lugar e territorialidade aplicadas a contextos culturais tradicionais ou quilombolas; e c) estudos que fizessem menção ao cumprimento das diretrizes antirracistas na escola. Foram excluídos os trabalhos que ultrapassavam o limite temporal estabelecido, estudos que não possuíam o texto completo disponível para acesso ou investigações que tratavam da temática cultural sem vinculação com a prática pedagógica geográfica.

A análise dos dados coletados seguiu os preceitos da análise de conteúdo qualitativa. O processo ocorreu em três etapas sequenciais: a pré-análise, mediante a leitura flutuante dos resumos e introduções dos materiais encontrados; a exploração do material, com a categorização dos textos selecionados em eixos temáticos; e, por fim, o tratamento dos resultados e interpretação. Os achados foram organizados e confrontados criticamente para responder ao problema de pesquisa, servindo de base para a construção das discussões teóricas sobre a inserção da manifestação cultural da Nega da Costa como recurso didático identitário e territorial no ensino de Geografia da Educação Básica.

3. A GEOGRAFIA E A NEGA DA COSTA NAS ENTRELINHAS TEÓRICAS

O debate em torno do ensino de Geografia na Educação Básica tem passado por profundas reformulações teóricas e metodológicas nas últimas décadas, impulsionado pela necessidade de romper com visões eurocêntricas e homogeneizadoras do espaço. A análise do espaço geográfico, sob a ótica das relações étnico-raciais, exige a incorporação de categorias conceituais que deem conta das complexidades e singularidades que marcam os territórios tradicionais e as manifestações de matriz afro-brasileira, a exemplo da Nega da Costa.

Dentro dessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelecida pelo Ministério da Educação preconiza que os componentes curriculares devem valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

(Brasil, 2018). No campo da Geografia Escolar, isso se traduz na necessidade de investigar como os diferentes grupos sociais significam e territorializam suas práticas cotidianas. A inserção dos saberes locais, contudo, não ocorre sem tensionamentos no ambiente escolar. Conforme aponta Pascoal (2024), existe um desafio latente no diálogo entre os saberes científicos historicamente validados pela escola e os saberes tradicionais ou quilombolas. A autora salienta, a partir da experiência docente, que a valorização dos conhecimentos ancestrais nas salas de aula é um passo decisivo para descolonizar as práticas pedagógicas e dar visibilidade aos sujeitos subalternizados.

A inserção da temática étnico-racial no ambiente escolar ganhou centralidade jurídica com a promulgação da Lei nº 10.639/03, posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica (Brasil, 2008). No entanto, o hiato entre o arcabouço legal e a prática docente real ainda se mostra expressivo. Analisando esse cenário, Borges (2023) investiga a educação escolar quilombola e o ensino de Geografia, evidenciando as contradições existentes entre as propostas curriculares oficiais, as exigências de legalidade e a realidade concreta enfrentada pelas instituições públicas de ensino. O autor reforça que a Geografia desempenha um papel fulcral ao materializar essas discussões através do estudo de conceitos como território e lugar, aproximando a norma jurídica das vivências territoriais dos alunos.

A manifestação cultural da Nega da Costa (Figura 1), tradicional do município de Quebrangulo/AL, enquanto patrimônio cultural imaterial, insere-se perfeitamente nessa discussão ao conectar dinâmicas urbanas, rurais e identitárias. A saber, este folguedo representa a resistência dos escravizados e a salvaguarda das mulheres negras frente às investidas dos senhores de engenho durante as festividades.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 1. A Nega da Costa



Fonte: DINIZ, Ratão. Estação ferroviária de Quebrangulo. Revelando os Brasis. Disponível em: https://www.revelandoosbrasis.com.br/cultura-popular-celebrada-em-noite-de-cinema-em-quebrangulo-al/. Acesso em: 6 jun. 2026.

Refletindo sobre as múltiplas escalas de análise que a cultura impõe à ciência geográfica, Da Silva (2023) discute a tríade "cidade, cultura e ensino de Geografia", argumentando que as manifestações culturais não podem ser vistas de forma isolada ou exótica, mas sim como elementos estruturantes da produção do espaço urbano e regional. As manifestações tradicionais operam como formas de resistência e de reinvenção das identidades espaciais diante das pressões da modernidade.

Dessa forma, o conceito de território ganha contornos subjetivos e de resistência política quando analisado sob o prisma das identidades negras e quilombolas. A esse respeito, De Brito (2025) desenvolve uma contundente reflexão sobre os territórios negros, destacando o movimento dialético existente entre a invisibilidade histórica imposta a esses espaços e o processo de reconhecimento mediado pela atuação política e pedagógica de professoras negras de Geografia. A autora demonstra que o fazer pedagógico geográfico é uma ferramenta de afirmação espacial e identitária capaz de trazer à luz territórios sistematicamente ocultados pelas narrativas geográficas tradicionais.

Por fim, a articulação prática entre as diretrizes curriculares e o chão da escola é detalhada por Garcês *et al.* (2024), em seu estudo voltado para a Educação Quilombola e a Geografia Escolar. Os autores ressaltam que as manifestações culturais e os saberes

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

tradicionais, quando integrados ao plano de ensino geográfico, funcionam como eixos articuladores que fortalecem o sentimento de pertencimento e a identidade dos discentes. Portanto, ao instrumentalizar pedagogicamente a manifestação da Nega da Costa, o ensino de Geografia atende às prerrogativas legais antirracistas brasileiras e fornece subsídios teóricos e metodológicos para que os estudantes compreendam a territorialidade como um processo vivo de construção, apropriação e valoração do espaço vivido.

4. A NEGA DA COSTA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA AS AULAS DE GEOGRAFIA

A análise dos dados obtidos por meio da revisão bibliográfica qualitativa permitiu compreender que a inserção de manifestações culturais tradicionais, como a Nega da Costa, no ensino de Geografia transcende a mera ilustração de conteúdos curriculares; ela se estabelece como uma prática de descolonização do saber geográfico e de afirmação da cidadania. Ao cruzar as produções científicas selecionadas no recorte temporal dos últimos 5 anos, emergem três eixos fundamentais de discussão: a legalidade antirracista materializada no chão da escola, a territorialização das identidades e o papel dos saberes locais na quebra da invisibilidade histórica.

O primeiro ponto de convergência na literatura analisada aponta para o papel da Geografia no cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Autores como Borges (2023) enfatizam que, embora o arcabouço legal antirracista exista há mais de duas décadas, a sua efetivação nas salas de aula de escolas públicas ainda enfrenta entraves metodológicos e escassez de materiais didáticos contextualizados. A manifestação cultural da Nega da Costa — expressão afro-brasileira fortemente enraizada na região Nordeste, caracterizada por danças, cantos e performances que remetem à resistência negra — surge como um recurso didático potente para superar essa lacuna. Discutir a Nega da Costa nas aulas de Geografia da Educação Básica permite que a obrigatoriedade da lei ganhe materialidade espacial, transformando conceitos abstratos de cultura em uma análise geográfica que proporciona questionamentos e reflexões relevantes ao conhecimento e à valorização dos saberes ancestrais, permitindo compreender sua origem, como resiste e como se mantém essa cultura ancestral no mencionado território.

O segundo eixo analítico destaca a operacionalização das categorias de território e territorialidade através do patrimônio imaterial. Conforme discutido por De Brito (2025), as populações negras historicamente construíram estratégias de apropriação do espaço que muitas vezes operam na invisibilidade ou sob o manto da resistência velada. No caso da Nega da Costa,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

a territorialidade se manifesta na ocupação temporária e ritualística do espaço público, na demarcação de um lugar de fala e na manutenção de uma memória ancestral coletiva que reconfigura o espaço vivido.

A literatura de Garcês *et al.* (2024) corrobora essa visão ao demonstrar que, quando a Geografia Escolar adota a educação quilombola e as culturas tradicionais como eixos estruturantes, ocorre uma ressignificação do conceito de pertencimento entre os discentes. Os estudantes passam a perceber o território não apenas como uma divisão político-administrativa ou física, mas como um campo de forças, afetos e identidades em constante disputa.

Por fim, os resultados revelam a importância metodológica de articular a tríade "cidade, cultura e ensino de Geografia", conforme preconizado por Da Silva (2023). A manifestação da Nega da Costa funciona como uma lente para discutir as contradições do espaço geográfico, permitindo abordar como as culturas locais resistem aos processos de homogeneização e globalização cultural. Como ressalta Pascoal (2024), o tensionamento positivo entre os saberes escolares formais e os saberes tradicionais enriquece a prática docente.

Ao levar a manifestação cultural da Nega da Costa para a sala de aula, o professor de Geografia estimula os estudantes a realizarem um exercício de cartografia social e de campo conceitual, identificando a herança afro-brasileira na formação do espaço brasileiro e do Nordeste como um todo. Desse modo, os resultados desta revisão indicam que o estudo de manifestações locais desenvolve a consciência espacial crítica dos alunos, instrumentalizando-os para reconhecer, valorizar e proteger os territórios negros e quilombolas contra o racismo estrutural e a invisibilidade institucional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa, pautada em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa com o recorte temporal dos últimos 5 anos, permitiu constatar o quão potente e urgente é a articulação entre as manifestações culturais tradicionais e o ensino de Geografia na Educação Básica. Tomando como objeto central a manifestação cultural da Nega da Costa, evidencia-se que o patrimônio imaterial afro-brasileiro atua como um elo analítico fundamental para dar vida e materialidade às categorias espaciais de território, territorialidade e lugar. Ao tirar o foco de abordagens meramente descritivas e eurocêntricas, a inserção da Nega da Costa nas salas de aula rompe com a invisibilidade histórica que recai sobre os territórios negros e quilombolas, promovendo um ensino que valoriza as resistências e as pluralidades formadoras do espaço geográfico brasileiro.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Desse modo, o ensino de Geografia desempenha uma função político-pedagógica estratégica no cumprimento das diretrizes antirracistas nacionais, sobretudo no que tange às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. No tocante aos saberes locais, estes são dotados de rigor identitário e espacial; assim, a vivência cultural da Nega da Costa opera como forma legítima de apropriação e ressignificação do território. Quando o chão da escola se abre a essa dinâmica, os estudantes desenvolvem uma consciência espacial crítica enriquecida, estimulando o sentimento de pertencimento e fortalecendo a empatia e o respeito à diversidade étnico-racial frente às forças de homogeneização cultural contemporâneas.

Por fim, reconhece-se que, por se tratar de um estudo de revisão bibliográfica, esta pesquisa não esgota as possibilidades de análise prática do tema. Diante disso, aponta-se para a necessidade de futuras investigações de caráter empírico (como pesquisas de campo, estudos de caso e relatos de experiência docente) que acompanhem a aplicação de sequências didáticas sobre a Nega da Costa na Educação Básica, à luz das categorias geográficas. Conclui-se, portanto, que territorializar a cultura nas aulas de Geografia é um passo indispensável para a construção de uma educação genuinamente democrática, inclusiva e antirracista.

REFERÊNCIAS

BORGES, Gildásia Pereira da Costa. **Educação escolar quilombola e o ensino de Geografia nas escolas públicas de Araguatins-TO:** proposta curricular, legalidade e realidade. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Araguatins, 2023. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5534. Acesso em: 26 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 16 maio 2026.

DA SILVA, Aisllan Damacena Souza. **Cidade, cultura e ensino de Geografia.** *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v. 5, n. 2, p. 45-58, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufrr.br/cm/article/view/7650. Acesso em: 16 maio 2026.

DE BRITO, Deilde Ferreira. **Territórios negros em Sabará:** entre a invisibilidade e o reconhecimento por professoras negras de Geografia atuantes na cidade. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 29, e5, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/83102. Acesso em: 05 maio 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

GARCÊS, Laissa Suzana Costa *et al.* **Educação Quilombola e Geografia Escolar:** um estudo na Escola Rosa Paixão Garcez, Juçatuba-MA. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 14, n. 27, p. 112-131, 2024. Disponível em: https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1189. Acesso em: 01 maio 2026.

PASCOAL, Laila Souza. **Saberes escolares e os saberes quilombolas:** reflexões sobre as experiências de docentes. *Signos Geográficos*, v. 6, e49102, 2024. Disponível em: https://revistas.ufg.br/signos/article/view/77241. Acesso em: 01 maio 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.